

A CONTABILIDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL

AUTORIA: Maria Elisabeth Pereira Kraemer

Contadora, CRC/SC nº 11.170, Professora e Integrante da Equipe de Ensino e Avaliação na Pró-Reitoria de Ensino da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Relações Econômicas Sociais e Internacionais pela Universidade do Minho-Portugal. Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Museu Social da Argentina. Integrante da Corrente Científica Brasileira do Neopatrimonialismo e da ACIN - Associação Científica Internacional Neopatrimonialista.

ENDEREÇO: Avenida Joca Brandão nº 111, Edifício Dona Emília, apto 902 - Centro. CEP 88.301-300 - ITAJAÍ - SC - BRASIL

E-mail: beth.kraemer@terra.com.br

TELEFONE/FAX: (0XX) 47-3446558

A CONTABILIDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL

RESUMO

Hoje, as empresas refletem muitos índices que afetam de forma direta a sociedade e seus componentes, porque a sociedade vem sofrendo transformações profundas nas mais diversas áreas, as quais exigem informações confiáveis e principalmente transparência por parte das empresas para que as mesmas possam atuar de forma mais efetiva e eficiente. Devido a isto, as entidades têm incluído a contabilidade social, ramo da contabilidade que incorpora distintos aspectos sociais, como a de recursos humanos, do meio ambiente e de caráter ético. São muitos os benefícios dados pela contabilidade social e a idéia é fazer com que as empresas se unam a ela, para que a contabilidade social consiga sua efetivação e êxito. Isto é possível se a organização adotar, uma gestão eminentemente participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional. Os empresários, neste novo papel, tornam-se cada vez mais aptos a compreender e participar das mudanças estruturais na relação de forças entre as áreas ambiental, econômica e social.

1 - INTRODUÇÃO

Devido à crescente responsabilidade social que devem assumir as entidades econômicas, surge a necessidade de elaborar e apresentar informação sobre as atividades relacionadas com essa responsabilidade.

Este volume de informações agrupa aspectos do tipo social, ético, ambiental ou ecológico, e ainda tem recebido diversas denominações como "Contabilidade Social".

A contabilidade social não só busca medir resultados no processo monetário, mas também toma o recurso humano desde a ótica humana vendo-o como um ser que sente e que tem necessidades a satisfazer.

A contabilidade social aparece como uma necessidade da empresa de contar com informação pertinente para tomar decisões inteligentes com relação à gestão social, medindo o impacto da entidade na sociedade.

Cada um dos tipos de informação que compõem esta contabilidade tem registrado outras ramificações da mesma,

entre as quais se destacam a Contabilidade Ambiental, a Contabilidade dos Recursos Humanos e a Informação de Caráter Ético.

2 - EMPRESA E SOCIEDADE: A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Na sociedade de mercado, a empresa é a unidade básica de organização econômica. As empresas são o motor central do desenvolvimento econômico e devem ser, também, um motor vital do desenvolvimento sustentável. Para isto, é imprescindível que elas definam adequadamente sua relação com a sociedade e com o meio ambiente.

O conceito que melhor define essa relação é o de Responsabilidade Social Corporativa - *Corporate Social Responsibility* (CSR) - definido pela *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) como: "a decisão da empresa de contribuir ao desenvolvimento sustentável, trabalhando com seus empregados, suas famílias e a comunidade local, assim como com a sociedade em seu conjunto, para melhorar sua qualidade de vida". A responsabilidade social faz com que a "empresa sustentável" se converta em peça chave na arquitetura do desenvolvimento sustentável.

As empresas hoje são agentes transformadores, que exercem uma influência muito grande sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente. Neste sentido, vários projetos são criados, atingindo principalmente os seus funcionários e em algumas vezes seus dependentes e o público externo, contemplando a comunidade a sua volta ou a sociedade como um todo. O grande problema é que não se realiza um gerenciamento correto a fim de saber qual o retorno para a empresa.

Posto isto, várias normas, diretrizes e padrões foram criados, como a Norma AA 1000, a SA 8000 e a GRI, contribuindo para criar um modelo de visão sobre as práticas de responsabilidade social e empresarial e sua

gestão de desempenho. No Brasil, temos o Instituto Ethos, que é uma iniciativa de padronização, além de apresentar o modelo do Balanço Social proposto pelo IBASE.

Na União Européia, temos o Livro Verde que divide as áreas de conteúdo da Responsabilidade Social Corporativa em dois grandes blocos, sendo que o primeiro é relativo a aspectos internos e o segundo a aspectos externos.

Na dimensão interna, ao nível da empresa, as práticas socialmente responsáveis implicam, fundamentalmente, os trabalhadores e prendem-se em questões como o investimento no capital humano, na saúde, na segurança e na gestão da mudança, enquanto as práticas ambientalmente responsáveis se relacionam sobretudo com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção. Estes aspectos possibilitam a gestão da mudança e a conciliação do desenvolvimento social com uma competitividade reforçada.

Quanto à dimensão externa, a responsabilidade social de uma empresa ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente, conforme mostra a figura 1.

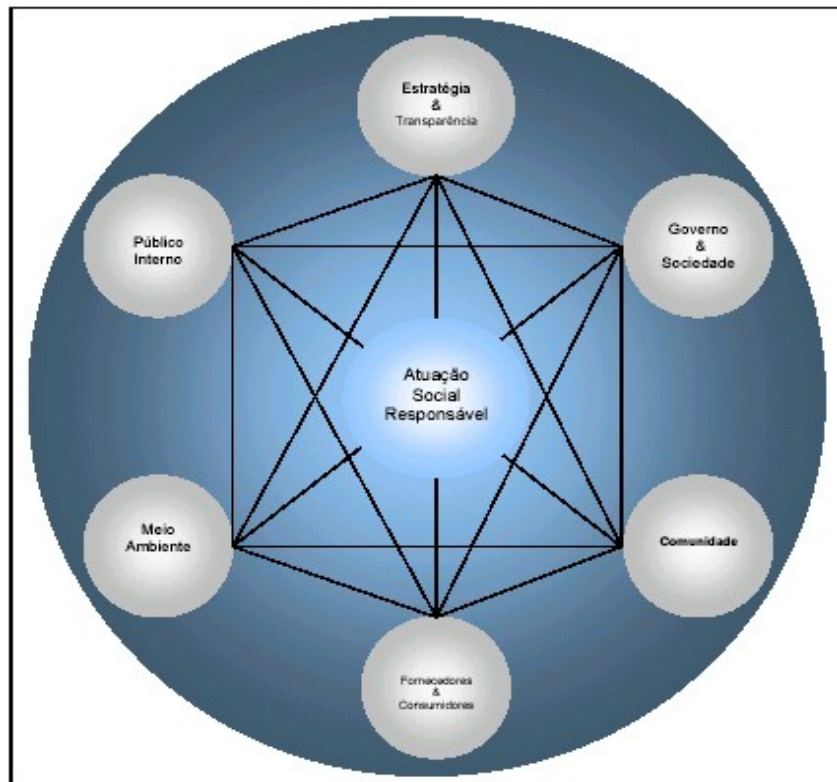


Figura 1 - Dimensões da Responsabilidade Social

Fonte: Mendonça (2002).

2.1 - NORMA AA1000 - desenvolvida pelo Instituto de Responsabilidade Social e Ética - ISEA, foi criada para assistir organizações na definição de objetivos e metas, na medição do progresso em relação a estas metas, na auditoria e relato da performance e no estabelecimento de mecanismos de feedback. Compreendem princípios e normas de processo. Os estágios das normas de processo são: planejamento; responsabilidade; auditoria e relato; integração de sistemas; comprometimento dos *stakeholders*.

As normas de processo da AA1000 associam a definição e a integração de sistemas dos valores da organização com o desenvolvimento das metas de desempenho e com a avaliação e comunicação do desempenho organizacional.

Por este processo, focalizado no comprometimento da organização para os *stakeholders*, a AA1000 vincula as questões sociais e éticas à gestão estratégica e às operações da organização.

Em 2002, o ISEA realizou uma fase de consulta a *stakeholders* e fez uma revisão da norma, apresentando novos elementos, e esta norma foi denominada de AA 1000S. É um padrão básico de responsabilidade para melhorar a qualidade do processo de contabilidade, auditoria e relato. Não é um padrão certificável e sim um instrumento verificável de mudança organizacional, derivado da melhoria contínua, e de aprendizagem e inovação para "servir de modelo do processo a seguir na elaboração; proporcionar mais qualidade a outros padrões específicos e complemento a outras iniciativas".

2.2 - NORMA SA 8000 - ou *Social Accountability* é o primeiro padrão de certificação social que busca garantir os direitos básicos dos trabalhadores. Quem credencia as organizações qualificadas para verificar a conformidade é a *Social Accountability International* - SAI.

A SA 8000 constitui um instrumento de informação extremamente importante para o consumidor globalizado, pois, atualmente, os fatores determinantes da sua escolha vão além de preço e qualidade. As pessoas necessitam saber como o produto ou serviço que estão adquirindo foi produzido, repudiando imediatamente aqueles que agregam procedimentos como, por exemplo, o trabalho infantil. Além de proteger sua reputação e a integridade de suas marcas, a SA 8000 possibilita às companhias de todo o mundo externarem seus valores éticos e seu grau de envolvimento social, aspectos fundamentais frente a um consumidor-cidadão cada vez mais participante e vigilante. O quadro 1

mostra alguns dos principais pontos apresentados pela norma SA 8000.

Quadro 1 - Principais pontos da Norma SA 8000

Trabalho Infantil	É proibida a contratação de crianças de 15 anos ou menos. Se existirem funcionários nessa faixa etária, eles não poderão ser demitidos. Nesse caso, é de responsabilidade da empresa assegurar sua educação.
Liberdade de associação e direito à negociação coletiva	Protege o direito dos trabalhadores de formar sindicatos e afiliar-se a grupos organizados
Discriminação	Proíbe a discriminação baseada na cor, nacionalidade, religião, deficiência física, sexo, orientação sexual, afiliação a sindicato ou partido político.
Horário de trabalho	A jornada normal deverá ser de 44 horas semanais. As horas extras devem ser voluntárias e ter caráter temporário, não devendo exceder 12 horas semanais.
Práticas disciplinares	Proíbe punição física, coerção e abuso verbal no uso da disciplina. A empresa também deve impedir comportamentos, como gestos, linguagem e contato físico, que sejam sexualmente coercitivos, ameaçadores, abusivos ou exploratórios.
Comunicação	A política de responsabilidade social deve ser documentada, implementada e comunicada a todos os funcionários.

Fonte: Revista Exame - Guia de boa cidadania corporativa (2001)

2.3 - GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE (Iniciativa Global para apresentação de relatórios) - é um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, multi-stakeholder, cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes para organização de relatórios de sustentabilidade aplicáveis globalmente e voluntariamente, pelas organizações **CERES** - *Centre for Education and Research in Environmental* (Centro para Educação e Pesquisa Ambiental), **SIGMA** - *Support for Improvement in Governance and Management in Central and Eastern European Countries* (Apoio à melhoria governamental e gerencial de países da Europa Central e Ocidental), **ISO** - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para padronização), **ECCSR** - *Eastern Caribbean Securities Registry* (Registro de Seguridades do Leste Caribiano), **IRRC** - *Investor Responsibility Research Center* (Centro de Pesquisa de Responsabilidade do Investidor), **WEF** - *Water Environment Federation* (Federação dos Ambientes Aquáticos

ou Marinhos), **AA 1000** - A standard for ethical performance. Accountability (Padrão de desempenho ético). **SA 8000** Social Accountability 8000 Responsabilità Sociale 8000 - Responsabilidade Social ou Contabilidade Social, que desejam dar informação sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais das suas atividades, produtos e serviços, conforme figura 2.

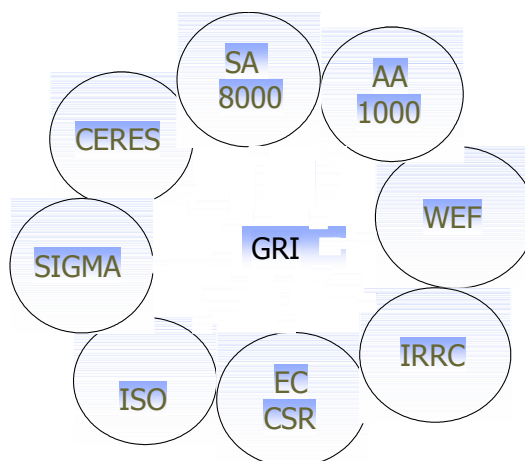


Figura 2 - Organizações ligadas ao GRI

Fonte: Fundació Fórum Ambiental (1999).

O GRI não oferece nenhum modelo de Balanço Social. O que propõe baseia-se no conceito de sustentabilidade. Busca transformar a elaboração destes relatórios sobre sustentabilidade uma rotina e conferir-lhes credibilidade como as demonstrações financeiras em termos de comparabilidade, rigor e verificabilidade.

Os indicadores para a elaboração dos relatórios abordam os três elementos inter-relacionados da sustentabilidade, tal como se aplicam a uma organização, como segue no quadro 2.

Quadro 2 - Elementos e indicadores

Econômico	Inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano. O aspecto econômico inclui, embora não se limite só a ele, a informação financeira e respectivas declarações.
Ambiental	Inclui, por exemplo, impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.
Social	Inclui, por exemplo, o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas.

Fonte: <http://www.globalreporting.org>

3 - CONTABILIDADE SOCIAL MEDINDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Grande é a responsabilidade social da informação contábil em face da sociedade humana. Existem, todavia, segundo Sá (2001), diversas utilidades da informação e algumas são de tal maneira específicas que a forma de conceituá-las nem sempre tem sido a melhor. Ele entende que, na área do inadequado conceitualmente, esteja, ainda, a denominação Contabilidade Social.

Para que a Contabilidade Social consiga sua efetivação e êxito, é preciso que a organização adote, uma gestão participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional.

A Contabilidade Social é responsabilidade de todos e parte fundamental na companhia, e pode ser ramificada em Contabilidade Ambiental, a Contabilidade de Recursos Humanos e a Informação de caráter ético.

As definições de Contabilidade Social se dividem basicamente em: temas e objeto de tratamento, âmbito econômico que a utiliza e a continuação do conceito de alguns experts no tema. O quadro 3 traz algumas definições mais relevantes.

Quadro 3 - Definições mais relevantes segundo alguns organismos ou autores.

Autor/Organismo	Definição
American Accounting Association	A contabilidade é uma ciência que mede e interpreta as atividades e fenômenos que são de natureza econômica e social essencialmente.
Seidler e Seidler	Modificação e aplicação das práticas, técnicas e disciplinas da contabilidade convencional a análises e solução dos problemas de natureza social.
Ramanathan	Processo de seleção de variáveis de acordo com os comportamentos sociais observados na empresa e sua evolução.
Gray, Owen e Maunders	A contabilidade social pode ter dois sentidos: a) Custos e benefícios do impacto de comportamento da empresa; b) Apresentação periódica de um informe social da entidade.
Mathews e Perera	Propõe ampliar os objetivos da contabilidade tradicional e estendê-los a empregados, produtos e comunidades e prevenção da contaminação ou sua redução.

Fonte: Llana (2001)

Mathews e Perera apud Llana (2001) classificaram a Contabilidade Social no seguinte:

3.1 - Contabilidade da Responsabilidade Social (CRS)

Publicação *ad hoc* e de caráter voluntário de informação qualitativa e quantitativa, econômica e não econômica relativa à atividade de uma empresa privada, incluindo informes sobre os trabalhadores e avaliação dos recursos humanos.

O propósito da CRC consiste em tornar públicas questões concretas das empresas do setor privado que produzem um impacto social a curto prazo. Põe à disposição, de todas as partes integrantes da sociedade informação relevante acerca dos objetivos políticos, programas, atuação e contribuição dos objetivos sociais da empresa. Pode utilizar-se com o fim de melhorar a imagem da empresa e inclusive a tabulação dos gastos destinados a melhorar o bem-estar de seus trabalhadores ou a segurança pública de seus produtos ou do meio ambiente.

Este tipo de informação social tem caráter voluntário, não regulamentado, não sujeito a auditorias e, portanto, carece de uniformidade.

3.2 - Contabilidade do Impacto Total (CIT)

Efeito combinado total da organização sobre o entorno. É necessário avaliar os aspectos externos, tanto positivos como negativos. Muitas vezes se denomina análise de custos-benefício. O propósito da CIT consiste em avaliar os custos totais a médio e longo prazos (tanto custos públicos como privados) do funcionamento de uma organização do setor privado.

Os custos privados são custos internos cobertos pela empresa, enquanto os públicos são custos externos, favorecidos pela comunidade em sua totalidade.

3.3 - Contabilidade Sócio-Econômica (CSE)

Consiste num micro enfoque do processo de avaliação de atividades realizadas com fundos públicos, utilizando índices tanto econômicos como não econômicos.

O propósito da CSE objetiva promover a avaliação a curto e médio prazos de projetos de financiamento público.

3.4 - Contabilidade de Indicadores Sociais (CIS)

Utilizada na avaliação de macro-acontecimentos sociais, em termos de definição de objetivos e avaliação do grau em que estes têm sido alcançados.

Esta avaliação é de grande interesse para os políticos nacionais. O propósito da CIS é promover uns índices de medição não econômicos a longo prazo para as estatísticas sociais do setor público.

4 - RAMIFICAÇÕES DA CONTABILIDADE SOCIAL

4.1 - Contabilidade Ambiental

É uma das ramificações da Contabilidade Social de maior relevância na atualidade.

A preocupação mundial em torno do meio ambiente caminha para um consenso em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência

econômica com justiça social e prudência ecológica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos com objetivo de atingir o bem-estar geral no futuro.

De acordo com Llena (2001), isto tem gerado uma demanda por parte da sociedade para que as empresas incorporem em sua gestão o objetivo de preservação do entorno social e ambiental. Para isto, é preciso que as entidades integrem a variável ambiental em sua gestão, através do estabelecimento de sistemas de gestão ambiental e políticas ambientais.

Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar as empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade.

Gray (2003) diz que a primeira tarefa da Contabilidade Ambiental é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar uma maior interação social e ambiental benigna.

Diante disto, a Contabilidade Ambiental é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa, a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos

critérios de atuação ambiental, da comunicação e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos.

As inovações trazidas pela Contabilidade Ambiental estão associadas a pelo menos três temas:

→ a definição do custo ambiental;

→ a forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa, e;

→ a utilização intensiva de notas explicativas abrangentes e o uso de indicadores de desempenho ambiental, padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

Junto a essas variáveis, se encontra ainda o respeito ao meio ambiente, cuja incidência econômica, sócio-jurídica e cultural está fora de toda dúvida e cujo impacto deve ser reconhecido na Contabilidade.

A Contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas face à sua capacidade de fornecer informações, pode alertar os vários atores sociais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando, desta forma, na procura de soluções.

4.1.1 - Finalidade e destinatário da Contabilidade Ambiental

Existem três motivos básicos para a empresa adotar uma Contabilidade Ambiental:

Razão de gestão interna - Está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle.

Exigências legais - A crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas.

Demanda dos partícipes - A empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administração pública, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.

Convém especificamente saber por que a empresa quer um sistema de Contabilidade Ambiental. Em outras palavras, que resultados espera obter com isto. É importante conhecer quais são os objetivos:

→ saber se a empresa cumpre ou não com a legislação ambiental vigente;

→ ajudar a direção em seu processo de tomada de decisões e na fixação de uma política e nos objetivos de gestão ambiental;

→ comprovar a evolução da atuação ambiental da empresa através do tempo e identificar as tendências que se observam;

→ detectar as áreas da empresa que necessitam especial atenção (áreas críticas) e os aspectos ambientais significativos;

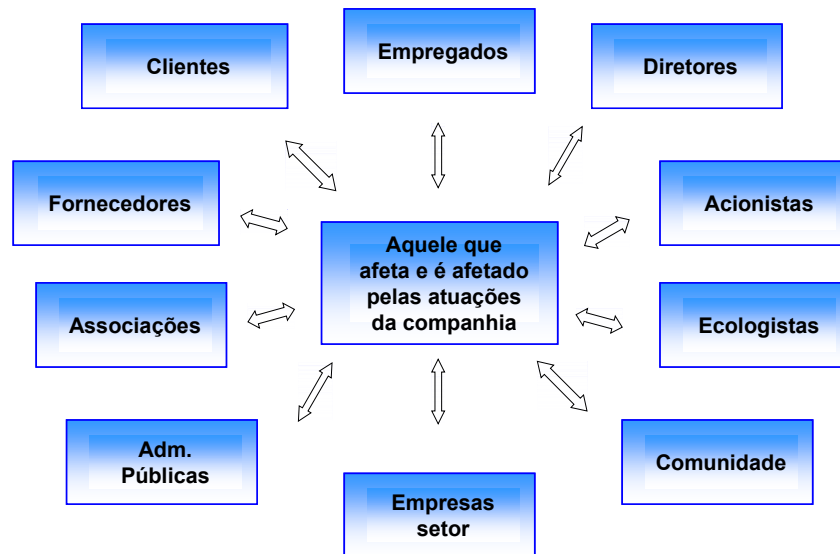
→ no caso de empresas com uma política ambiental já estabelecida: conhecer se tem cumprido com os objetivos ambientais fixados pela companhia;

→ identificar oportunidades para uma melhor gestão dos aspectos ambientais;

→ identificar oportunidades estratégicas: como a empresa pode obter vantagens competitivas graças a melhoras concretas na gestão ambiental: quais são as melhoras que dão valor à companhia.

→ obter informação específica para fazer frente à solicitação dos partícipes concretos.

Os partícipes (conforme figura 3) podem ser: diretores, empregados, acionistas, comunidade local, administração pública, clientes, fornecedores, investidores, bancos e entidades financeiras, seguradoras, organizações ecológicas, universidades e centros de pesquisas. Seus interesses estão descritos no quadro 4.



Fonte: Fenech (2002)

Figura 3 - Partícipes envolvidos na responsabilidade social e ambiental

Quadro 4 - Interesses específicos de cada partícipe

PARTÍCIPE	PRINCIPAIS INTERESSES
1 - Trabalhadores	Garantia de emprego. Salários. Orgulho e sentimento de dignidade. Saúde e segurança no lugar no trabalho.
2 - Comunidade local	Riscos de saúde. Ruídos. Odores. Resíduos expelidos no solo, água e ar. Conhecimento da atividade da empresa. Riscos de acidente.
3 - Clientes e fornecedores	Qualidade dos produtos. Preços. Segurança nos produtos. Garantia nos produtos.
4 - Administração pública	Cumprimento da legislação. Acidentes e denúncias. Consumo de recursos. Evidência de que a empresa cumpre seus compromissos ambientais.
5 - Entidades financeiras, investidores e acionistas	Resultados financeiros. Informações sobre responsabilidade ou obrigações legais e respeito a terceiros. Custos ambientais e sua gestão. Investidores ambientais. Vantagens comerciais relacionadas com a gestão ambiental. Custo do não cumprimento legal.
6 - Organizações ecológicas	Informação ambiental no âmbito local. Impacto nos ecossistemas. Impactos ambientais do produto ou serviço.

Fonte: Fundació Fórum Ambiental (1999).

4.2 - Contabilidade dos Recursos Humanos

O conceito de contabilidade de recursos humanos como o processo de identificar e de medir dados sobre os mesmos, foi enriquecido pela contribuição de acadêmicos e de especialistas, a partir de 1973.

Foi elaborado em 1996, o trabalho acadêmico do professor João Eduardo Prudêncio Tinoco, que é uma tese de doutorado do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA - USP com o título de: "Contribuição ao Estudo da Contabilidade Estratégica de Recursos Humanos". Este trabalho é pioneiro na área e está sendo muito usado como fonte de pesquisa, pois é considerado um excelente estudo da contabilidade dos recursos humanos.

Gupta (1994) diz que embora houvesse teóricos adiantados da contabilidade como (*Paton, 1922, Scott, 1925*) que reconheceram os recursos humanos como um recurso e comentados que "em um negócio um pessoal bem-organizado e leal pode ser' um recurso mais importante' do que um estoque de mercadoria" (*Paton, 1922*), o fato remanesce, entretanto, que era *Likert* (1967) que usou primeiramente o termo "contabilidade de recurso humana" (um termo desde substituído pela "contabilidade de recurso humano") ao logicamente demonstrar a fraqueza da estrutura tradicional da contabilidade não trazendo os recursos humanos dentro do seu contexto.

Desde então, um número de investigadores tentou enriquecer o pensamento construindo modelos para atribuir figuras do custo ou do valor aos recursos humanos e estabelecendo a utilidade de dados da contabilidade de recursos humanos para várias situações na tomada de decisão.

O conceito da contabilidade de recurso humano segundo *Rao* (1993), pode basicamente ser examinado de duas dimensões: (i) o investimento em recursos humanos; e (ii) o

valor de recursos humanos A despesa incorrida criando, aumentando e atualizando a qualidade do recurso humano é um investimento em recursos humanos. Tal investimento traz resultados lucrativos como uma produtividade mais elevada e uma renda também mais elevada à organização. O rendimento que o investimento em recurso humano gera será considerado como a base de valor do recurso humano.

A literatura em contabilidade de recurso humano conforme Gupta (1994), revela que existem vários estudos como os de *Becker* (1964), *Thurow* (1970), *Mincer* (1962) e *Schultz* (1962), que tratou do conceito da taxa de retorno do investimento no capital humano. A premissa básica *Flamholtz* (1974) teoria da contabilidade para recursos humanos é: (i) as pessoas são recurso valioso de uma empresa e (ii) informação no investimento e no valor do recurso humano é útil para a tomada de decisão interna e/ou externa.

O custo histórico ou original de *Brummet* (1968) sugeriu a capitalização da despesa da empresa na seleção, orientação, treinamento, recrutamento e no desenvolvimento das pessoas, e trata-os como recursos com a finalidade da contabilidade de recurso humano.

O modelo do custo de oportunidade por *Hekimian* (1967) apud *Rao* (1993) deu o ímpeto para avaliar o custo de oportunidade dos empregados, chave para a base quantitativa, planejamento e controle para o funcionamento das atividades do recurso humano. Já *Hermanson* (1964) apud *Gupta* (1994) propôs um modelo ajustado do valor atual quantificando o valor do capital humano de uma companhia. De acordo com ele, as quantidades dos salários futuras pagáveis representam uma responsabilidade, quando recursos humanos ou operacionais e devem ser inclusos na contabilidade. *Tinoco* (1996) diz que *Hermanson* foi um dos pioneiros contadores a abordar os recursos humanos no contexto das organizações, focalizando-os como ativos.

Rao (1993), diz que Lev (1971) avaliou o capital humano como o valor atual; do salário futuro das pessoas até a aposentadoria. Likert (1971) desenvolveu um modelo para diagnosticar as mudanças na organização humana sobre um período de tempo. As variáveis humanas são divididas em três categorias: (i) variáveis causais; (ii) variáveis intervenientes e (iii) variáveis de resultado final. Quanto as variáveis humanas, Tinoco (1996) diz que as:

√ variáveis causais - resultam em mudanças nas atitudes, motivações e comportamentos dos subordinados;

√ variáveis intervenientes - produzem mudanças na produtividade, inovação e desenvolvimento da força-trabalho; e

√ variáveis de resultado final - as tendências dos lucros das entidades podem ser previstas. Lucros assim previstos podem ser descontados, para se determinar o valor presente da empresa e de seus recursos humanos.

A interação entre variáveis causais e intervenientes foi mostrada para afetar a satisfação de trabalho, os custos, a produtividade e o salário.

De acordo com Llena (2001) é proposto distintas técnicas de avaliação do capital humano:

√ - valor do custo histórico;

√ -custo de oportunidade

√ -custo de compensação

√ -custo de reposição

√ -desconto de salários futuros

√ - valor econômico, etc...

Todas estas técnicas de avaliação monetárias que logicamente devem basear-se em número de empregados de cada categoria existente na empresa. Também existem técnicas de avaliação não monetárias as que se reconhecem informações relativas a determinadas qualidades do capital humano.

Entre as mais utilizadas se encontram o modelo de *Likert-Bower*.

Este ramo da contabilidade ressurge na atualidade devido às novas propostas empregadas pela responsabilidade social das empresas. Desde o começo deste século se tem reconhecido que as empresas têm um certo grau de responsabilidade social que não se limita a maximizar a atuação econômica e os benefícios.

4.3 - Informação de caráter ético

Ao começar o exercício profissional, tal como se deverá aplicar a "partida dobrada" para que um lançamento contábil se encerre, a ética será aplicada de igual forma. Pensemos em um conceito de equilíbrio entre: estado, empresa, empregados, sociedade e região em seu conjunto.

A responsabilidade social e a ética caminham lado a lado. É a partir da moral e dos valores éticos daqueles que conduzem uma empresa, que parte a prática da responsabilidade social corporativa.

A ética passa a ser uma pressão coletiva. E espera-se que trabalhe pelo bem-estar coletivo. No Brasil, os consumidores já podem julgar se uma empresa é boa ou ruim tendo por base a responsabilidade social. Este julgamento leva maneira como são tratados os funcionários e a ética nos negócios.

Neste contexto, cabe ao profissional contábil pautar suas ações profissionais sob a luz da ética que lhe oportuniza operar com justiça, prudência e equilíbrio, visando que seu trabalho seja realizado de forma eficaz, competente e com lisura, pois, do contrário, poderá o usuário sofrer sérias conseqüências.

Dentre todas as profissões, a do contabilista talvez seja uma das que exija do profissional, a todo instante, um apelo ao comportamento ético, pois é a atividade contábil aquela que, através de seus relatórios, registros, demonstrativos e principalmente pela assinatura da

responsabilidade técnica pelo serviço prestado, expõe aos dependentes e usuários da contabilidade tais informações.

Llema (2001) diz que estas informações são de valores éticos da empresa, no que se refere a dados relativos às atuações da empresa relacionadas com a proteção do consumidor e da comunidade, ou da prestação de ajudas ou serviços à sociedade sem ter lucro.

Os principais aspectos que se incluem neste tipo de informação estão demonstrados no quadro 5, conforme Llema (2001).

Quadro 5 - Informações de caráter ético

Políticas e relações com os clientes.
Atividades e donativos de caráter político.
Políticas, ações e medição de atividades dirigidas a oferecer igualdade de oportunidades entre coletivos diferenciados tradicionalmente por sexo, religião, raça, procedência, idade, etc.
Atividades e políticas relacionadas com o bem-estar da comunidade.
Publicidade
Políticas e descrições de comprovação da segurança dos produtos e processos produtivos.
Descrição de práticas éticas e práticas externas não-éticas.
Atividades e donativos de caridade.
Concessão de prêmios, etc.

Fonte: Llema (2001).

Sabe-se que a regulamentação a respeito da publicação deste tipo de informação tem sido escassa, todavia destaca-se a do Balanço Social que foi promulgado na França. Llema (2001) diz que existe também algum requerimento no Tratado da União Européia a respeito da segurança dos produtos a fim de proteger e informar o consumidor.

6 - CONCLUSÃO

A contabilidade social contribui com elementos de caráter qualitativo, que ajudam a orientar corretamente os administradores e empresários no manejo, fortalecimento e progresso do fator humano.

Neste sentido, as entidades devem desenvolver sistemas de informação que incorporem aspectos sociais de forma mais clara e estruturada, de maneira que se justifiquem suas atuações em determinados campos sociais, porque a contabilidade social se sustenta nas necessidades

de prover mensagens enfocadas na chamada gestão social, que busca satisfazer as necessidades dos trabalhadores e melhorar o nível de vida da população mediante o aumento da qualidade de seus produtos.

A contabilidade social da empresa, de acordo com Ensuncho (2003), não tem só o objetivo de produzir utilidades. Tem também com um objetivo social fundamental: "o homem".

7 - REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

ABADÍA, J. M. M. **Nuevas tendencias en la información social y medioambiental** 2001. <http://www.5campus.com> Acesso 26 mar/2003.

ENSUNCHO, A. A. - **Contabilidade Social** - www.geocities.com acesso 03 agos/2003.

FENECH, F. C. **Presentación y evaluación de la contabilidad social y medioambiental**. Curso de verano de la Universidad de Burgos. 2002. www.ubu.es. Acesso 19 jan/2003.

FUNDACIÓ Fórum Ambiental. Agencia Europea del Medio Ambiente, Barcelona, Abril de 2001. **Perfil profesional del responsable de meio ambiente en las organizaciones**. www.forumambiental.com. Acesso 27 nov/2002.

GRAY, R. **Responsabilidade, sustentabilidade e contabilidade social e ambiental: o setor corporativo pode se pronunciar?** <http://www.gla.ac.uk/departments/accounting>. acesso 23 fev/2003.

GUPTA, D. K. **O modelo de Jaggi-Lau da contabilidade de recurso humano revisitado**. www.asci.org. Acesso 06 agos/2003.

KRAEMER, M. E. P. A contabilidade e o capital intelectual: a nova vantagem competitiva. **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo - SP, ano LXXVIII, nº 483, p.30-38, mar/2002.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional**

de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ: ano 3, n. 09, p.19-26, ago/out.2000.

KRAEMER, M. E. P. *Ética, sigilo e o profissional contábil.* **Contabilidade Vista & Revista.** Belo Horizonte - MG: v. 12, n. 2, p.33-47, ago/2001.

LIVRO Verde. Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, 18/07/2001. Comissão das Comunidades Europeias. www.europart.eu.int. Acesso 16 out/2002.

LLENA, F. **Enfoque económico del medio ambiente.** 2001. <http://www.5campus.com> Acesso 26 mar/2003.

LLENA, F. **La Contabilidad Social.** 2001. <http://www.5campus.com> Acesso 26 mar/2003.

LLENA, F. **La información sobre la responsabilidad social: la Contabilidad Social.** 2001. <http://www.5campus.com> Acesso 26 mar/2003.

LLENA, F. **La responsabilidad social de la empresa.** 2001. <http://www.5campus.com> Acesso 26 mar/2003.

MENDONÇA, R. R. S. **As dimensões da responsabilidade social: uma proposta de instrumento para avaliação.** <http://www.ethos.org.br.htm> Acesso 22 set/2002.

RAO, P. **Contabilidade de recurso humana: uma avaliação da prática indian.** www.asci.org. Acesso 06 agos/2003.

REVISTA Exame. **Guia de boa cidadania corporativa, 2001.** São Paulo. N. 754, nov. 2001.

SÁ, A. L. A função social do contabilista. **Revista Mineira de Contabilidade.** Belo Horizonte - MG: n. 03, p. 24-27, abr/jun. 2001.

SÁ, A. L. Contabilidade e balanço social. <http://www.crcmg.org.br/cenescoc/contbal.htm> Acesso 30 out/2001.

TINOCO, J. E. P. **Contribuição ao Estudo da Contabilidade Estratégica de recursos Humanos.** FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP - Universidade de São Paulo - 1996. Tese de Doutorado.

<<http://www.wbcsd.org/wbi/governance/CSR>> Acesso 26
out/2002.
<<http://www.globalreporting.org>> Acesso 10 jul/2003.